

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.195 - SP (2019/0296419-0)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE : LEANDRO LOURENCO DE CAMARGO**  
**ADVOGADO : LEANDRO LOURENÇO DE CAMARGO - SP213736**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : LEANDRO FRANCO DA SILVA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de LEANDRO FRANCO DA SILVA contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do HC n. 2210641-68.2019.8.26.0000 (autos n. 0000506-04.2014.8.26.0125).

Infere-se dos autos que o paciente foi condenado pela prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas), às penas de 5 anos de reclusão, em regime inicial fechado, bem como ao pagamento de 500 dias-multa.

Irresignada, a defesa interpôs apelação perante o Tribunal de origem, o qual negou provimento ao recurso (fl. 55/68).

Não se conformando, impetrou *habeas corpus*, que foi indeferido liminarmente (fls. 74/78).

No presente *mandamus*, a defesa sustenta que o paciente preenche todos os requisitos necessários para a aplicação do redutor de pena previsto no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 no patamar de 2/3, pois é primário, sem antecedentes e não participa de organização criminosa. Aduz que a pena ficaria em 1 ano e 8 meses e não sendo reincidente teria o direito de cumprir pena no regime semiaberto, bem como à substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a aplicação do redutor de pena, a fixação do regime mais brando e a expedição de alvará de soltura.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a

# Superior Tribunal de Justiça

existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

**MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**

Relator